



CONGRESSO NACIONAL

VETO TOTAL Nº 45, DE 2009

aposto ao

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2003
(nº 1.550/1996, na Casa de origem)

(Mensagem nº 142/2009-CN – nº 796/2009, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 46, de 2003 (nº 1.550/96 na Câmara dos Deputados), que “Faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica”.

Ouvidos, os Ministérios da Justiça, da Fazenda, da Saúde e do Trabalho e Emprego manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei conforme razões abaixo:

Razões do veto

“A implementação do número único de identificação civil passa pela integração gradual dos sistemas de identificação atualmente existentes, sob pena de comprometimento de sua confiabilidade e segurança. Tal preocupação não foi contemplada na presente proposta, cujo texto determina a adoção do mesmo número do Registro de Identificação Civil pelos demais documentos necessários ao cidadão, medida incompatível com o padrão adotado por muitos desses documentos, como é o caso do passaporte, cuja numeração segue padrão internacional, e do Cadastro de Pessoas Físicas, que possui sistemática própria.

Por fim, a obrigatoriedade de inclusão do tipo e fator sanguíneos no Registro de Identificação Civil dificultará a implementação e o acesso ao referido registro, uma vez que a estrutura para a identificação desses dados não se encontra disponível nos órgãos responsáveis pela identificação. No mesmo sentido, segue o dispositivo que faculta a inclusão de carimbo comprobatório de deficiência física no Registro de Identificação Civil, ressaltando, ainda, sua incompatibilidade com a tecnologia e o formato dos projetos elaborados para a implementação desse documento.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 19 de outubro de 2009

PROJETO VETADO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2003
(nº 1.550/1996, na Casa de origem)

Faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, que institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 3ºA, 3ºB e 3ºC:

“Art. 3ºA O Registro de Identidade Civil conterá o tipo e o fator sanguíneos.”

“Art. 3ºB Poderá, a pedido do titular, ser afixado na cédula de identidade carimbo comprobatório de deficiência física, desde que devidamente atestada pela autoridade de saúde competente.”

“Art. 3ºC À medida que forem sendo adquiridos, o Cadastro da Pessoa Física – CPF, a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, a Carteira Nacional de Habilitação – CNH, o passaporte e quaisquer outros documentos necessários ao cidadão terão o mesmo número do Registro de Identidade Civil.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(À Comissão Mista)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2003
(nº 1.550/1996, na Casa de origem)

EMENTA: Faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.

AUTOR: Dep. Celso Russomanno

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 20/3/1996 – DCD de 16/3/1996

COMISSÃO:
Constituição e Justiça e de Cidadania

RELATORES:
Dep. Bispo Rodrigues
Dep. Antonio Carlos Biscaia
(Redação Final)

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL
Ofício SGM-P nº 1.366, de 1/7/2003

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 3/7/2003 – DSF de 4/7/2003

COMISSÃO:
Constituição, Justiça e Cidadania

RELATOR:
Sen. Francisco Dornelles
Relator “ad hoc”
(Parecer nº 1.055/2009-CCJ)

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:
Mensagem SF nº 240, de 18/9/2009

VETO TOTAL Nº 45, DE 2009
aposto ao
Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2003
(Mensagem nº 142/2009-CN)

Veto publicado no D.O.U - Seção I, de 2/10/2009

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:

SENADORES

DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:19818/2009